

## Paulo Hartung e Ana Paula Vescovi

São, respectivamente, economista e ex-governador e assessora de Economia no Senado e vice-presidente do Ibef-ES

/// A tentativa de transferência do projeto ocorreu sob suspeita de interveniência de agências federais

# A federação no limite: o caso do Estaleiro Jurong

Causou forte polêmica a descoberta de manobras para mudar o estaleiro Jurong do Espírito Santo para o Rio de Janeiro. A reflexão sobre esse fato – de origem ainda nebulosa – merece algumas considerações à luz das discussões sobre “guerra fiscal” e desenvolvimento regional.

A disputa por investimentos produtivos é algo que ocorre no mundo inteiro e, exatamente por isso, os governos precisam focar suas agendas na construção de um ambiente de negócios atrativo e na promoção de vantagens competitivas. Mas isso, embora extremamente necessário, não é suficiente. E o caso Jurong é emblemático.

Se o Estaleiro Jurong firmou protocolo de instalação com o governo do Espírito Santo, encontrou fundamentos para isso: há uma fronteira promissora para a produção de petróleo, localização privilegiada em relação às mais novas áreas exploratórias (África e Brasil), governo organizado, estabilidade política e institucional, e grande disposição para atrair investimentos que adensem a cadeia do petróleo e atraiam tecnologias e inovação. Mas, ainda assim, houve a adesão da Jurong ao Invest-ES, regime de incentivos fiscais instituído por Lei estadual com governança estruturada e contas abertas.

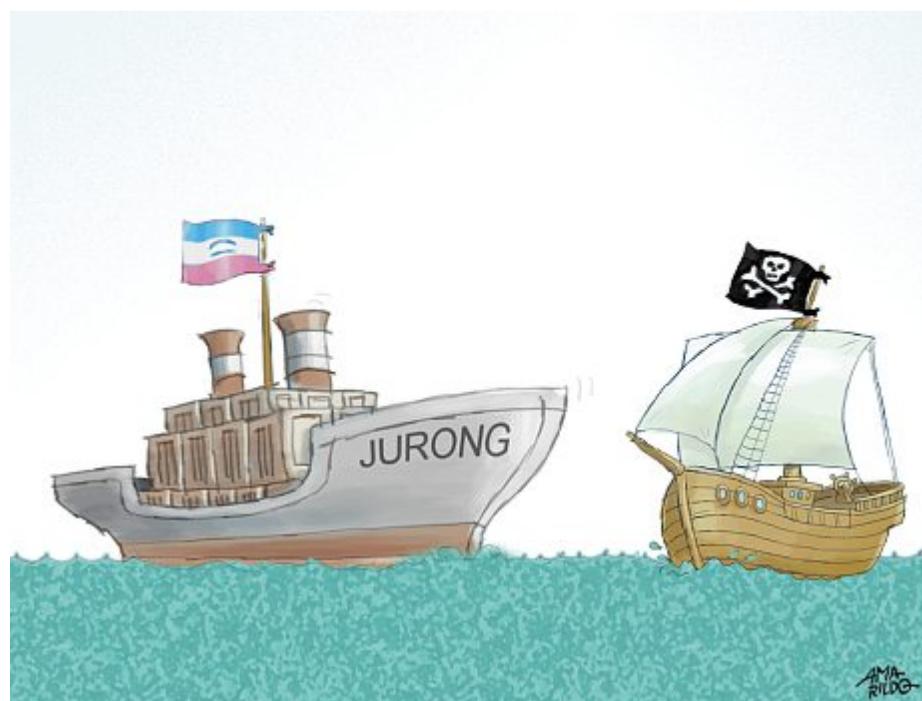
Hoje, a construção do Estaleiro Jurong representa um dos projetos mais importantes em execução no Estado, com licenciamento ambiental concedido,

pessoal em processo de seleção e treinamento e obra com 15% de realização. No final de 2012, a empresa Estaleiro Jurong Aracruz assinou contratos com a Sette Brasil S.A., principal vencedora do leilão de sondas da Petrobras, para construção de sete navios-sonda. Os contratos se aproximam da cifra de R\$ 12 bilhões. O projeto, estima-se, irá gerar 2,5 mil empregos diretos e 6 mil indiretos, especialmente na indústria metal-mecânica capixaba.

O assunto não teria causado tanta reação se a disputa tivesse ocorrido durante a longa fase de negociações para instalação da empresa. A tentativa de transferência do projeto, nebulosa e desleal, ocorreu com as obras já em execução, e sob suspeita de interveniência de agências federais. O fato mais grave é que essa suposta interferência ocorre não por preferência pelo Rio de Janeiro, mas em favor de um projeto privado.

Esse tipo de ação torna-se reveladora do que está em jogo no debate sobre a reforma do ICMS ou, como o governo prefere denominar, pela necessidade imperiosa de se acabar com a “guerra fiscal”.

Trata-se, essa “guerra”, da disputa por investimentos produtivos que geram empregos, renda, aumento de arrecadação e bem-estar. E, se a disputa é acirrada, isso ocorre porque o país investe apenas 18% do PIB e porque sustenta grandes



desigualdades em um território de proporções continentais. As desigualdades, históricas materializam-se nas desvantagens logísticas, institucionais, de infraestrutura, de capital humano, ou de tamanho do mercado. Assim, se bem disciplinados, transparentes e monitorados, os incentivos podem cumprir, de modo automático, eficaz, e sem discricionariedades, o papel de compensar tais desvantagens. E isso é largamente apoiado pela teoria econômica, além de contribuir para conter o crescimento da carga tributária.

O ocorrido com o Estaleiro Jurong traz a prova de que, uma vez finda a alardeada “guerra fiscal”, outras guerras

serão estabelecidas com novos instrumentos, haja vista o ainda elevado tamanho das desigualdades socioeconômicas entre os Estados e o arsenal de instrumentos que ficará concentrado na União. E o governo federal não colherá como resultado os objetivos que persegue com a reforma do ICMS que desenhou. E, ainda, poderá provocar o aumento dessas desigualdades.

De fato, são urgentes as soluções para que o Brasil consiga elevar seus investimentos. Mas essa agenda não pode depender de uma perigosa centralização federativa para lograr sucesso. E muito menos, das discricionariedades e interferências do governo federal.

## Gutman Uchôa de Mendonça

Escreve aos sábados e às terças-feiras neste espaço  
Site: [www.uchoademendonca.jor.br](http://www.uchoademendonca.jor.br)

/// Essa turma deveria ver claramente que não existe nada para comemorar, apenas para chorar

# Os 10 anos de poder do PT: um dia a casa cai...

O PT fez uma baita festa para comemorar seus 10 anos de ocupação do poder. Aliás, tem que comemorar mesmo, essa gente que promove um dos maiores ataques aos cofres públicos de todos os tempos nesta nação deveria ser mesmo condecorada. Coroemos José Dirceu, o chefe da máfia, Genoino, Lula, Dilma, Ruy Falcão e tantos outros mercedores dos melhores encômios, pela sabedoria de afanar recursos dos

cofres públicos.

É incrível a coragem dessa gente que comemora o que qualquer pessoa com um pouco de pudor, de vergonha na cara, não gostaria de aparecer em público, que dirá ter o nome divulgado pela imprensa diante de um dos mais notáveis julgamentos de ação de corrupção da história nacional.

Alienada, sem condições de leitura, mais de 80% da sociedade brasileira

não tem condições de acompanhar a realidade dos fatos, do que ocorre direito no país, por absoluta falta de conhecimento. A grande massa é alimentada pela obra social do Bolsa-Família, que adormece o espírito combativo que sempre nutriu o povo brasileiro.

Busca o senador Aécio Neves, lá das Minas Gerais, com sua determinação de mineiro, com os melhores argumentos, derrubar essa estúpida tomada de poder no Brasil. Ele enfrenta segmentos políticos importantes, inclusive o



PMDB, que, com terrível fome de cargos e dinheiro, abdicou de qualquer conquista maior de cargo executivo, preferindo viver trepado nas costas do PT, usufruindo suas inseqüências.

Se essa turma que comemora os dez anos de assalto ao poder pelo PT imaginasse o que representa hoje a figura do ministro Joaquim Barbosa, presidente do STF, certamente veria claramente que não existe nada para comemorar, apenas para chorar.

Um dia a casa cai...